

- LVII -

## O PÚBLICO, A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E O PRIVADO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**Ma. Tatiane de Fátima Kovalski Martins**

Doutoranda em Educação – Unisinos  
[tatiane.kovalski@gmail.com](mailto:tatiane.kovalski@gmail.com)

**Dr. Jorge Alberto Lago Fonseca**

IFMT – Câmpus Várzea Grande  
[jorgelagofonseca@yahoo.com.br](mailto:jorgelagofonseca@yahoo.com.br)

**Ma. Maria José da Silva Santos**

Doutoranda em Educação – Unisinos  
[zezasansil@bol.com.br](mailto:zezasansil@bol.com.br)

O presente trabalho surge a partir das inquietações como professores inseridos e preocupados no ambiente escolar, sobretudo, no que concerne aos avanços entre as parcerias público-privadas, entre municípios, estados e empresas prestadoras de serviços educacionais, também, presentes na rede federal de ensino. Estas parcerias têm sido consideradas como uma alternativa para a qualificação do ensino público e para alguns gestores, considerada como a melhor opção para o avanço educacional.

Essas parcerias vêm sendo muito discutidas nos processos de administração e captação de recursos da gestão educacional e escolar; porém nossa preocupação refere-se à gestão do ensino e da aprendizagem, questionando de que forma esses acordos estão resignificando as práticas pedagógicas no espaço escolar. No contexto de vivência, como professores em sala de aula, percebemos que, pouco ainda, se discute as implicações que estas parcerias desempenham no processo de ensino e aprendizagem, entre professores e alunos, considerando, também, que o porteiro, a faxineira, o servente, os atendentes da cantina, os técnicos administrativos em educação, fazem parte desse processo, pois a forma como os estudantes, pais e comunidade externa são atendidos mostra a identidade de uma escola de qualidade, aqui entendida como aquela que não se preocupa apenas com os

indicadores de qualidade apresentados por avaliações externas, mas também com a formação integral do estudante.

Indagamos, também, sobre a maneira com que o professor res-significa os *modelos de sucesso escolar* que lhe são apresentados como formas de solucionar o fracasso escolar de seus alunos, baseados apenas nos índices de aprovação/reprovação, como os apresentados pelos principais institutos/fundações privados/as, atuantes no território brasileiro como: *Instituto Ayrton Senna, Bradesco, Itaú, Fundação Natura, Leman, Sistema S*, entre tantas outras. Essas instituições/fundações têm atuado nos três níveis da educação básica.

Na educação infantil, ocorre com maior ênfase no acesso à educação, através das parcerias entre município, creches e escolas de educação infantil privadas. Estas parcerias se estabelecem com a oferta do atendimento às crianças que não conseguiram vagas em escolas municipais de educação infantil, então, a iniciativa privada oferece ao município a alternativa da “compra de vagas” aos excedentes dos estabelecimentos públicos de ensino. Essas parcerias, na opinião de alguns gestores educacionais trazem duplo benefício: o atendimento à criança e a sua família, diminuindo o déficit de vagas e na amenização da responsabilidade fiscal perante ao Tribunal de Contas do Estado. Entretanto, essa possibilidade oferece uma limitação pedagógica à administração educacional do município, que ao comprar vagas em instituições privadas, desapropria-se de um projeto educacional que inicia na educação infantil. Com Projeto Político Pedagógico próprio, a qualidade da educação fica, apenas, à administração privada. A administração municipal se abstém de responsabilidades sobre a educação dos pequenos, bem como, o recrutamento e formação dos professores, o que, consideramos uma perda incalculável à qualidade da educação pública municipal. Como professores, percebemos também a limitação do processo de gestão no espaço da educação infantil privada, abrindo mão de espaços de participação coletiva e democrática em detrimento do gerencialismo, baseado na burocratização do ensino, em que as decisões estão centradas em um grupo e/ou uma pessoa.

Se na educação infantil, a maior oferta é a compra de vagas para garantia do acesso à educação, no ensino fundamental o motivo não é tão benéfico e de fácil justificativa. As principais parcerias que se estabelecem entre os municípios e as instituições privadas são justificadas pela busca à qualidade da educação oferecida no espaço público. Mas qual qualidade? A resposta é sempre uma incógnita. Torna-se preocupante os índices educacionais alcançados pelos estudantes, bem como as múltiplas repetências que ocorrem no decorrer da trajetória estudantil. Percebendo a nítida fragilidade dos municípios em propor ações e/ou políticas educacionais, com a problemática do fracasso escolar, mensurado através de

repetências e índices negativos, instituições oferecem parceria entre sua estrutura de ensino privado ao ensino público, formando, assim, as parcerias público/privada. O principal instituto atuante em mais de 600 municípios de todos os estados brasileiros é o Instituto Ayrton Senna - IAS, que propõe um sistema de apostilas e monitoramento direcionada a correção do fluxo escolar. Sendo uma das pioneiras nos processos de parceria entre instituição privada e órgãos públicos, o instituto oferece consultoria e materiais, desde 1994, aos municípios brasileiros e com a LDBEN 9394/96, alavanca sua proposta 'educacional' de correção do fluxo escolar. Essa parceria oferece aos municípios um programa de correção do fluxo escolar pronto, elaborado por técnicos do IAS, aplicável em quaisquer realidades educacionais de acordo com o próprio instituto. Ao estabelecer a parceria com o IAS o município garante que parte de seus alunos terão a recuperação da defasagem da idade, quanto ao ano que deveriam frequentar, entretanto, o município destitui-se de qualquer proposta de formação humana e cidadã que envolveria esses estudantes. Como professores, percebemos no cotidiano escolar, que a parceria entre institutos/fundações e a esfera pública, pouco ou nada impactam no que se refere à qualidade da educação. Entretanto, no que se refere à autonomia pedagógica e desenvolvimento humano, são extremamente prejudiciais pois através dos processos de apostilas limitam e induzem a interação entre professores e alunos no processo de aprendizagem. Acreditamos que a autonomia da escola deve ser respeitada e para que a correção do fluxo escolar fosse alcançada deveria se investir mais em políticas sociais e educacionais à população brasileira, principalmente aos que se encontram em situações de vulnerabilidade social.

Ao olharmos para a recente e polêmica Reforma do Ensino Médio, através da Lei 13.415/17, no que se refere ao ensino profissionalizante temos a participação intensa dos sistemas SESI/SENAI e da FIESP. Os recursos investidos no período do governo do Partido dos Trabalhadores – PT, entre os anos de 2003 a 2016, direcionaram suas ações para a construção dos Institutos Federais - IFs, oferecendo educação pública de qualidade, sendo administrada pelo poder público. Entretanto, a partir de meados de 2016, com a intensa pressão do setor privado e patrocinado pela FIESP, a reforma do ensino médio, propôs uma inversão cultural, onde os IFs são amplamente hostilizados pelo setor privado, que também impôs um agravo financeiro ao propor a redução de recursos públicos para a gestão dos institutos. Estas ações paralelas a administração dos IFs, trazem graves reflexos ao acesso e permanência dos jovens que conseguiram ingressar no ensino médio profissionalizante dos IFs, causando o abandono e evasão do sistema de ensino. Como professores, consideramos graves as ações da iniciativa privada perante o EM, pois a existência e a autonomia dos IF

esta comprometida pela falta de recursos e a privatização total dos IFs está em pauta em muitos debates de administradores e economistas, uma lástima e motivo de atento social para esta grave situação da educação pública.

A reflexão proposta neste trabalho procura demonstrar a nossa visão como professores da educação básica que percebem com nitidez os intensos avanços que o setor privado está propondo às instituições públicas de educação básica. Avanços estes que comprometem intensamente a gestão democrática no espaço escolar em todos os níveis da educação básica. Torna-se fundamental a participação de toda a comunidade escolar na busca por alternativas que viabilizem uma educação pública de qualidade, participativa e democrática. A privatização dos serviços públicos não seria a solução mais adequada para a garantia de direitos e sim a gestão pública comprometida com serviços de qualidade aos cidadãos brasileiros. Esta é a nossa perspectiva para um futuro próximo.

#### REFERENCIAS

BRASIL. **LDB, Lei n. 9.396, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

OLIVEIRA. M. A. T. de (org.) **A qualidade da escola pública no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SÁ. V; ANTUNES. F; **PUBLICOS ESCOLARES E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO:** Lutas concorrenciais na arena educativa. Lisboa: Fundação Manoel Leão, 2010.